Demonstrações Contábeis

VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada

CNPJ: 46.323.013/0001-00

Administrador: Banco Daycoval S.A. – CNPJ: 62.232.889/0001-90

Gestora: Valora Renda Fixa Ltda.- CNPJ: 17.482.086/0001-39

Para o exercício findo em 31 de julho de 2026, com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis.

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Cotistas e ao Administrador do
VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
(Administrador: Banco Daycoval S.A.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de julho de 2026 e as respectivas demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada em 31 de julho de 2026 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Shape the future
with confidence

Avaliação da existência, valorização e mensuração de valor recuperável dos direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

Conforme apresentado na demonstração da posição financeira, o saldo de investimentos em 31 de julho de 2026 direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios representava 96,25% do patrimônio líquido do Fundo. Pelo impacto direto na mensuração do valor das cotas do Fundo e devido à materialidade no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, a posição de direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios é considerada como área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das políticas e metodologias utilizadas pelo Fundo, avaliação da razoabilidade dos direitos creditórios em relação ao critério de elegibilidade estabelecidos no regulamento, a verificação das informações divulgadas nos sistemas dos órgãos custodiantes da posição de títulos de emissão privados detida pelo Fundo, a verificação da correta valorização dos investimentos através da reprecificação dos ativos com o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na revisão da metodologia e modelos utilizados na mensuração do valor justo de investimentos não cotados, incluindo a razoabilidade das premissas utilizadas nos cálculos, avaliação e adequação das divulgações efetuadas sobre o valor do investimento em direitos creditórios na nota explicativa n° 6 às demonstrações contábeis

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de direitos creditórios, que está consistente com a avaliação do Administrador do Fundo, consideramos que os critérios e premissas adotados pelo Administrador do Fundo são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades do Administrador do Fundo pelas demonstrações contábeis

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Administrador do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que o Administrador do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Shape the future
with confidence

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador do Fundo.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de outubro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Felipe Fanton Schiavo

Felipe Fanton Schiavo
CRC SP324473/O

VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
CNPJ: 46.323.013/0001-00
(Administrador: Banco Daycoval S.A. - CNPJ: 62.232.889/0001-90)
(Gestor: Valora Renda Fixa Ltda. - CNPJ: 17.482.086/0001-39)

Demonstração da posição financeira
Em 31 de julho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais - R$)

		2026		2025	
Ativo	**Nota**	**Valor**	**% sobre o PL**	**Valor**	**% sobre o PL**
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**378**	**0,32**	**8.973**	**6,04**
Disponibilidades		**1**	**-**	**1**	**-**
Depósitos bancários - Banco Daycoval S.A. (*)	9	1	-	1	-
Cotas de fundo(s) de investimento financeiro		**377**	**0,32**	**8.972**	**6,04**
Daycoval Títulos Públicos I F.I.F.		377	0,32	8.972	6,04
Instrumentos financeiros	**5**	**2.857**	**2,42**	**1.224**	**0,82**
Cotas de fundo(s) de investimento em direitos creditórios	5.1	**726**	**0,62**	**-**	**-**
VRF F.I.D.C. RL		726	0,62	-	-
Cotas de fundo(s) de investimento em direitos creditórios		-	-	**1.224**	**0,82**
VRF F.I.D.C. RL		-	-	1.224	0,82
Títulos públicos federais	5.2	**2.131**	**1,81**	**-**	**-**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)		2.131	1,81	-	-
Direitos creditórios	**6**	**113.502**	**96,25**	**137.905**	**92,88**
Com aquisição substancial dos riscos e benefícios		**113.502**	**96,25**	**137.905**	**92,88**
A vencer	6.3/6.4	113.502	96,25	137.905	92,88
Outros valores e bens		**1.275**	**1,08**	**463**	**0,31**
Direitos creditórios a receber	6.3/6.4	1.266	1,07	-	-
Despesas diferidas		9	0,01	20	0,01
Margem de garantia em dinheiro		-	-	443	0,30
Total do ativo		**118.012**	**100,08**	**148.565**	**100,05**
Passivo					
Valores a pagar		**91**	**0,08**	**94**	**0,05**
Demais valores		70	0,06	69	0,04
À sociedade administradora e custodiante (*)	**9**	21	0,02	25	0,01
Total do passivo		**91**	**0,08**	**94**	**0,05**
Patrimônio líquido	**11**	**117.921**	**100,00**	**148.471**	**100,00**
Total do passivo e do patrimônio Líquido		**118.012**	**100,08**	**148.565**	**100,05**

(*) Transações com partes relacionadas (conforme nota explicativa nº 9).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
CNPJ: 46.323.013/0001-00
(Administrador: Banco Daycoval S.A. - CNPJ: 62.232.889/0001-90)
(Gestor: Valora Renda Fixa Ltda. - CNPJ: 17.482.086/0001-39)

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de julho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2026	2025
Resultados		**21.757**	**25.952**
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	**6**	**21.758**	**24.689**
Resultado com direitos creditórios	6.4	21.758	24.689
Cotas de fundos de investimento		**(383)**	**1.289**
Resultado com aplicação em cotas de fundo(s) de investimento em direitos creditórios	5	(669)	-
Resultado com aplicação em cotas de fundo(s) de investimento financeiro		286	1.289
Instrumentos financeiros		**383**	**(30)**
Resultado com aplicação em derivativos		308	(30)
Resultado com aplicação em títulos privados de renda fixa	5.2	59	-
Resultado com aplicação em títulos públicos federais	5.3	41	-
Resultado com aplicação em títulos privados de renda variável		(26)	-
Resultados diversos		**-**	**4**
Reversão de despesas diversas		-	4
Encargos		**(464)**	**(598)**
Despesas de serviços técnicos especializados		**(65)**	**(123)**
Auditoria externa		(65)	(120)
Consultoria jurídica		-	(3)
Despesas da Administração	**14**	**(255)**	**(304)**
Remuneração da Controladoria	(b)	(85)	(87)
Remuneração da Administração	(a)	(170)	(217)
Despesas tributárias		**(12)**	**-**
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)		(12)	-
Despesas de serviços do sistema financeiro		**(82)**	**(171)**
Taxa CETIP		(31)	(32)
Taxa de fiscalização CVM		(15)	(97)
Taxa ANBIMA		(32)	(38)
Taxa SELIC		(4)	(4)
Despesas diversas		**(48)**	**-**
Outras despesas operacionais		(48)	-
Resultado líquido do exercício pertencente aos detentores de cotas classificados no PL		**21.295**	**25.354**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
CNPJ: 46.323.013/0001-00
(Administrador: Banco Daycoval S.A. - CNPJ: 62.232.889/0001-90)
(Gestor: Valora Renda Fixa Ltda. - CNPJ: 17.482.086/0001-39)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de julho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais - R$)

							Nota	2026	2025
Patrimônio líquido no início do exercício								**148.471**	**181.392**
Representado por	96.128,9086	cotas subordinadas	a	R$ 1.544,4980	cada			148.471	-
Representado por	136.846,7243	cotas subordinadas	a	R$ 1.325,5117	cada			-	181.392
Resultado líquido do exercício pertencente aos detentores de cotas classificados no PL								**21.295**	**25.354**
Cotas subscritas no exercício							**10**	**200**	**86.800**
118,1460	cotas subordinadas						(a)	200	
60.977,9210	cotas subordinadas								86.800
Cotas resgatadas no exercício							**10**	**(52.045)**	**(145.075)**
31.417,4872	cotas subordinadas						(b)	(52.045)	
101.695,7367	cotas subordinadas								(145.075)
Decréscimo decorrente da movimentação de cotas								**(51.845)**	**(58.275)**
Patrimônio líquido no final do exercício							**11**	**117.921**	**148.471**
Representado por	64.829,3199	cotas subordinadas	a	R$ 1.818,9458	cada			117.921	-
Representado por	96.128,9086	cotas subordinadas	a	R$ 1.544,4980	cada			-	148.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
CNPJ: 46.323.013/0001-00
(Administrador: Banco Daycoval S.A. - CNPJ: 62.232.889/0001-90)
(Gestor: Valora Renda Fixa Ltda. - CNPJ: 17.482.086/0001-39)

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto

Para o exercício findo em 31 de julho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(+) Venda de direitos creditórios	6.4	62.405	185.197
(+) Recebimento de direitos creditórios	6.4	21.477	42.375
(+) Resultado com aplicação em cotas de fundos de investimento financeiro	4	286	1.337
(-) Pagamento de taxa ANBIMA		(4)	(4)
(-) Pagamento de taxa de fiscalização CVM		(20)	(30)
(-) Pagamento de taxa CETIP		(31)	(37)
(-) Pagamento de despesas diversas		(36)	9
(-) Pagamento de despesa com serviços de auditoria externa		(64)	(60)
(-) Pagamento de taxa de controladoria		(85)	(88)
(-) Pagamento de taxa de administração		(174)	(221)
(-) Pagamento de taxa de estruturação		(191)	-
(-) Compra de direitos creditórios	6.4	(38.961)	(173.207)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**44.602**	**55.271**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(+) Resgate de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	**5.1**	1.700	-
(+) Venda de títulos privados de renda fixa	**5.2**	1.283	-
(+/-) Constituição/ajuste de margem		443	(36)
(+/-) Ajuste de derivativos		314	(100)
(+/-) Recebimento/pagamento de juro títulos privados de renda fixa		120	-
(+) Venda de títulos privados de renda variável		79	-
(-) Compra de títulos privados de renda variável		(106)	-
(-) Compra de títulos públicos federais		(2.090)	-
(-) Compra de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios		(3.095)	-
(-) Venda de títulos privados de renda fixa		-	(1.224)
Caixa líquido das atividades de investimento		**(1.352)**	**(1.360)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**11**		
(+) Subscrição de cotistas	(a)	200	86.800
(-) Resgate de cotas	(b)	(52.045)	(145.075)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(51.845)**	**(58.275)**
Variação no caixa e equivalentes		**(8.595)**	**(4.364)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**4**	8.973	13.337
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**4**	378	8.973
Variação no caixa e equivalentes		**(8.595)**	**(4.364)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

O VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada ("Fundo") foi constituído em 10 de agosto de 2022, sob a forma de condomínio de natureza especial aberto, e iniciou suas atividades em 11 de outubro de 2022, com prazo de duração indeterminado. Destina-se a público reservado, sendo fundos de investimentos geridos pela Gestora e/ou das empresas que compõem o grupo econômico da Gestora, todos vinculados por interesse único e indissociável, desde que sejam caracterizados como investidores qualificados, nos termos do artigo 12 da Resolução CVM nº 30/2021, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

A VCE 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RL ("Classe") se enquadra na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM nº 175/22, com responsabilidade limitada e com classe única de cotas, constituída em regime aberto e destinada aos investidores autorizados, sendo vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio a qualquer subclasse de cotas.

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade, e (ii) ativos financeiros listados no regulamento, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos no regulamento.

As aplicações realizadas na Classe não contam com garantia do Administrador, do Custodiante, da Gestora, de suas partes relacionadas ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Não obstante a diligência do Administrador no gerenciamento dos recursos da Classe, não há garantia de eliminação dos riscos relacionados à Classe, notadamente do risco de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

A administração da Classe é realizada pelo Banco Daycoval S.A. ("Administrador" e "Custodiante") e a gestão da carteira da Classe é realizada pela Valora Renda Fixa Ltda. ("Gestora").

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, que são definidas pela Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, pela Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na mensuração e avaliação dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira da Classe. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

Essas demonstrações contábeis, foram aprovadas pelo Administrador da Classe em 29 de outubro de 2026, que autorizou sua divulgação.

3 Políticas contábeis materiais

Entre as principais políticas contábeis adotadas destacam-se:

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Classe atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis e as respectivas notas estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Classe e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e cotas de fundo de investimento financeiro, com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerada imaterial.

(i) Disponibilidades

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de seu valor de mercado.

(ii) Cotas de fundos de investimento financeiro

As aplicações em cotas de fundos de investimento no Brasil são atualizadas com base no valor da cota divulgada, periodicamente, pelos administradores dos fundos onde os recursos são aplicados.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundos de investimento financeiro estão apresentadas na demonstração do resultado do exercício na rubrica "Resultado com aplicação em cotas de fundos de investimento financeiro".

(c) Instrumentos financeiros

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Classe. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

▪ Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação; e

▪ Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: essa categoria inclui ativos financeiros adquiridos com o objetivo de receber pagamentos de principal e juros, de acordo com o modelo de negócio adotado. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

(iv) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios

As aplicações em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios são atualizadas com base no valor da cota divulgada, periodicamente, pelos administradores dos fundos onde os recursos são aplicados.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios estão apresentadas na demonstração do resultado do exercício em "Resultado com aplicação em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios".

(v) Títulos públicos federais

Os títulos públicos federais integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor justo, quando aplicável, em função da classificação dos títulos prevista na Instrução CVM nº 577/16.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em títulos públicos federais estão apresentadas na demonstração do resultado do exercício em "Resultado com aplicação em títulos públicos federais".

(vi) Títulos privados de renda fixa

Os títulos privados de renda fixa integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor justo, quando aplicável, em função da classificação dos títulos prevista na Instrução CVM nº 577/16.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em títulos privados de renda fixa estão apresentadas na demonstração do resultado do exercício em "Resultado com aplicação em títulos privados de renda fixa".

(d) Direitos creditórios

São avaliados pelo seu valor de aquisição e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Os direitos creditórios vencidos e não pagos estão registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

i. **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** quando a Classe adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente; e

ii. **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios:** quando a Classe não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade do Administrador que é estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição da Classe à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

O registro contábil deve ser feito em conta separada de acordo com a classificação do ativo. Para os casos em que a aquisição substancial dos riscos e benefícios sobre os direitos creditórios não puderem ser definidos objetivamente devem ser observados os seguintes procedimentos:

- Classificar no ativo as operações com aquisição substancial de riscos e benefícios, em conformidade com a natureza da operação original, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios transferidos para a Classe; e

- Classificar no ativo as operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios não transferidos para a Classe.

(e) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

A provisão, quando aplicável, é constituída sempre quando há evidências de redução no valor recuperável dos ativos da Classe. Caso haja perda por valor recuperável, a provisão é mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa de perdas de crédito esperada.

Para classificação da perda esperada destes ativos devem ser utilizados critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas a operação. As ponderações desses itens devem estabelecer o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 489/11.

O Administrador realiza o provisionamento de acordo com a faixa de atraso dos direitos creditórios e percentual definido pela classificação de risco, observando as características de cada fundo de investimento e estabelecendo critérios adequados para o cálculo da perda esperada e recuperação de perda para as diferentes estruturas.

(f) Outros ativos e passivos

Os valores a receber e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

(g) Reconhecimento de receitas e despesas

O Administrador adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de julho de 2026 e de 2025:

	2026		
Ativos – sem vencimento	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor justo**
Disponibilidades (*)	-	-	1
Cotas de fundo de investimento (**)	1.878,4134	100	189
Cotas de fundo de investimento (***)	1.876,2434	100	188
Total		**200**	**378**

	2025		
Ativos – sem vencimento	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor justo**
Disponibilidades (*)	-	-	1
Cotas de fundo de investimento (**)	1.636,0107	2.742	4.486
Cotas de fundo de investimento (***)	1.633,9790	2.746	4.486
Total		**5.488**	**8.973**

(*) Em 31 de julho de 2026, a Classe possui o montante de R$ 1 (mesmo valor em 2025) representado por depósitos à vista no Banco Daycoval S.A. (Administrador e Custodiante);
(**) Refere-se ao investimento no Daycoval Títulos Públicos I Fundo de Investimento Financeiro inscrito no CNPJ/MF nº 34.658.789/0001-94. O investimento não possui prazo de carência para resgate e conversibilidade das cotas, tanto para aplicação quanto para resgate é imediata, ocorrendo a liquidação financeira no mesmo dia;
(***) Refere-se ao investimento no Daycoval Títulos Públicos II Fundo de Investimento Financeiro inscrito no CNPJ/MF nº 34.658.859/0001-04. O investimento não possui prazo de carência para resgate e conversibilidade das cotas, tanto para aplicação quanto para resgate é imediata, ocorrendo a liquidação financeira no mesmo dia.

No exercício findo em 31 de julho de 2026, as aplicações em cotas de fundos de investimento financeiro geraram um resultado positivo para a Classe no montante de R$ 286 (R$ 1.289 em 2025).

5 Instrumentos financeiros

5.1 - Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios

Em 31 de julho de 2026, a Classe mantém em sua carteira cotas de fundos de investimento em direitos creditórios no montante de R$ 726 (R$ 0 em 2025), detalhados abaixo:

		2026	
Cotas de fundos de investimento	**Ref.**	**Quantidade**	**Valor**
VRF F.I.D.C. RL	(1)	1.337	726
Total		**1.337**	**726**

- ***Descrição dos investimentos***

Fundo	CNPJ	Administração	Exercício social
(1)	57.391.545/0001-93	BANCO DAYCOVAL S.A.	Julho

- ***Movimentações dos investimentos***

No exercício findo em 31 de julho de 2026, as aplicações em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios geraram um resultado negativo para a Classe no montante de R$ 669 (não houve em 2025).

As movimentações das aplicações em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios ocorridas no exercício findo em 31 de julho de 2026 estão demonstradas abaixo:

Descrição	2026
Saldo inicial	**-**
Aplicações	3.095
Resgates	(1.700)
Resultado	(669)
Saldo final	**726**

5.2 - Títulos privados de renda fixa

Em 31 de julho de 2026, a Classe não possui posição em títulos privados de renda fixa.

Em 31 de julho de 2025, a posição está demonstrada no quadro abaixo:

	2025		Vencimento		
Instrumentos financeiros	Custo atualizado	Valor justo	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Cédula de Crédito Bancário (CDB)	345	345	-	345	-
Cédula de Crédito Bancário (CDB)	879	879	-	879	-
Total	**1.224**	**1.224**	**-**	**1.224**	**-**

- ***Movimentações dos investimentos***

No exercício findo em 31 de julho de 2026, as aplicações em títulos privados de renda fixa geraram um resultado positivo para a Classe no montante de R$ 59 (Sem saldo em 2025).

As movimentações das aplicações em títulos privados de renda fixa ocorridas no exercício findo em 31 de julho de 2026 estão demonstradas abaixo:

Descrição	2026	2025
Saldo inicial	**1.224**	**-**
Aquisições	-	1.224
Vendas	(1.283)	-
Resultado	59	-
Saldo final	**-**	**1.224**

5.3 – Títulos públicos federais

O montante, a natureza, os prazos de vencimento, os valores de custo atualizado e o valor justo dos títulos públicos federais, em 31 de julho de 2026 e de 2025, estão demonstrados no quadro abaixo:

		2026		Vencimento		
Instrumentos financeiros	Natureza	Custo atualizado	Valor justo	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Letras do Financeiras do Tesouro (LFT)	Pública	2.130	2.131	-	-	2.131
Total		**2.130**	**2.131**	**-**	**-**	**2.131**

- ***Movimentações dos investimentos***

No exercício findo em 31 de julho de 2026, as aplicações em títulos públicos federais geraram um resultado positivo para a Classe no montante de R$ 41 (não houve em 2025).

As movimentações das aplicações em títulos públicos federais ocorridas no exercício findo em 31 de julho de 2026 estão demonstradas abaixo:

Descrição	2026
Saldo inicial	**-**
Aquisições	2.090
Vendas	-
Resultado	41
Saldo final	**2.131**

6 Direitos creditórios

A Classe adquiriu direitos creditórios registrando-os como sendo com aquisição substancial de riscos e benefícios. Tal definição está em consonância com o artigo 3º da Instrução CVM nº 489/11, onde a Classe adquire os riscos e benefícios da propriedade do direito de crédito objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

6.1 - Descrição das características dos direitos creditórios adquiridos pela Classe

Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo consistem em direitos creditórios individualmente representados por debêntures, cédulas de crédito imobiliário, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito à exportação, notas de crédito à exportação, cédulas de crédito bancário, duplicatas, pedidos de fornecimento e contratos de fornecimento ou prestação de serviços, bem como qualquer outro título representativo de crédito, originários de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, agronegócio, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos sacados.

6.2 - Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Todo e qualquer direito creditório adquirido pelo Fundo deve atender cumulativamente aos critérios de elegibilidade a seguir relacionados que deverão ser validados pelo Custodiante previamente à cessão ao Fundo: (i) devem ser representados por debêntures, cédulas de crédito imobiliário, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito à exportação, notas de crédito à exportação e/ou cédulas de crédito bancário, duplicatas, pedidos de fornecimento e contratos de fornecimento ou prestação de serviço, bem como qualquer outro título representativo de crédito, observadas as disposições legais aplicáveis; e (ii) devem ser vinculados a sacados que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo.

O Fundo adquire direitos creditórios e todos e quaisquer direitos, privilégios, prerrogativas e ações, em caráter definitivo com ou sem direito de regresso contra o Cedente ou coobrigação deste, observados: (i) os demais termos e condições do regulamento do Fundo; (ii) os termos, condições e procedimentos do contrato de cessão; (iii) os procedimentos pertinentes à aquisição dos direitos creditórios e atendimento aos critérios de elegibilidade definidos no regulamento do Fundo; e (iv) a política de investimento definida no regulamento do Fundo.

6.3 - Composição dos direitos creditórios

Em 31 de julho de 2026 e de 2025, a Classe detém em sua carteira direitos creditórios registrando-os como sendo com e/ou sem aquisição substancial de riscos e benefícios, conforme apresentado abaixo:

- ***Faixas de vencimento***

Com aquisição substancial de riscos e benefícios

	2026		
Direitos creditórios	**A vencer**	**Vencidos**	**Totais**
De 181 a 360 dias	35.292	-	35.292
De 361 a 720 dias	8.258	-	8.258
De 721 a 1.080 dias	20.425	-	20.425
Acima de 1.080 dias	49.527	-	49.527
Total	**113.502**	**-**	**113.502**
(-) Provisão para perdas por redução ao valor	-	-	-
Direitos creditórios líquidos da provisão	**113.502**	**-**	**113.502**

	2025		
Direitos creditórios	**A vencer**	**Vencidos**	**Totais**
De 181 a 360 dias	36.792	-	36.792
De 361 a 720 dias	30.889	-	30.889
De 721 a 1.080 dias	13.155	-	13.155
Acima de 1.080 dias	57.069	-	57.069
Total	**137.905**	**-**	**137.905**
(-) Provisão para perdas por redução ao valor	-	-	-
Direitos creditórios líquidos da provisão	**137.905**	**-**	**137.905**

- ***Tipo de ativo***

	2026	Faixas de vencimento	
Tipo	**Valor**	**A vencer**	**Vencidos**
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	63.698	63.698	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	35.292	35.292	-
Debêntures	14.512	14.512	-
			-
Total	**113.502**	**113.502**	**-**

	2025	Faixas de vencimento	
Tipo	**Valor**	**A vencer**	**Vencidos**
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	79.211	79.211	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	36.792	36.792	-
Debêntures	21.902	21.902	-
			-
Total	**137.905**	**137.905**	**-**

Em 31 de julho de 2026, a Classe possui o montante de R$ 1.266 (sem saldo em 2025) classificado como direitos creditórios a receber, oriundo de direitos creditórios baixados e que serão recebidos pela Classe em data subsequente à data supracitada.

6.4 - Movimentações dos direitos creditórios

As movimentações dos direitos creditórios ocorrida nos exercícios findos em 31 de julho de 2026, estão demonstradas abaixo:

Descrição	2026
Saldo inicial	**137.905**
Aquisições	38.961
Vendas	(62.405)
Recebimento de Juros de Direitos Creditórios	(21.477)
Direitos creditórios a receber	(1.240)
Resultado	21.758
Saldo final	**113.502**

6.5 - Taxas praticadas

No exercício findo em 31 de julho de 2026, a Classe adquiriu títulos de renda fixa privados por meio de emissão primária, com subscrição direta junto aos emitentes.

A remuneração das operações está refletida nos encargos remuneratórios pactuados nos títulos, as quais consideram, entre outros fatores, o risco de crédito do sacado, as condições de mercado e o custo de captação da Classe.

No exercício, os encargos remuneratórios pactuados nas operações com aquisição substancial de riscos e benefícios apresentaram os seguintes parâmetros:

Taxa mínima (% ao ano)	**Taxa média** (% ao ano)	**Taxa máxima** (% ao ano)
1,00%	10,55%	19,35%

6.6 - Composição dos maiores devedores

Em 31 de julho de 2026, os 21 (vinte e cinco) maiores devedores dos direitos creditórios classificados como com aquisição substancial de risco e benefícios da Classe estão assim representados:

	A vencer e vencidos	
Devedor	**Saldo**	**% sobre PL**
1	44.708	37,91
2	35.292	29,93
3	7.084	6,01
4	5.644	4,79
5	4.788	4,06
6	3.015	2,56
7	2.598	2,20
8	2.492	2,11
9	2.205	1,87
10	1.441	1,22
11	1.051	0,89
12	775	0,66
13	756	0,64
14	398	0,34
15	320	0,27
16	319	0,27
17	256	0,22
18	191	0,16
19	114	0,10
20	29	0,02
21	26	0,02
Total	**113.502**	**96,25%**

6.7 - Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

Durante o exercício findo em 31 de julho de 2026 e de 2025, o Administrador da Classe não realizou provisão para perdas por redução ao valor recuperável dos direitos creditórios.

6.8 - Enquadramento da carteira de direitos creditórios

O Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175/22, artigo 44, determina que em até 180 dias do início de suas atividades, a Classe deve possuir parcela superior a 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido representada por direitos creditórios, sendo que a classe de investimento em cotas, quando existir, nesse mesmo prazo, deve possuir no mínimo 67% (sessenta e sete por cento) de seu patrimônio líquido representado por cotas de outros fundos de investimento em direitos creditórios. A parcela do patrimônio não investida em direitos creditórios ou cotas deve ser aplicada em ativos financeiros de liquidez, conforme definidos no artigo 2º, inciso II, do referido Normativo.

Em 31 de julho de 2026, a carteira de direitos creditórios da Classe representa 96,25% do seu patrimônio líquido, percentual este superior ao mínimo exigido.

6.9 - Garantias

Em 31 de julho de 2026, a Classe não possui garantias reais ou fidejussórias pela liquidação dos direitos creditórios marcadas na carteira.

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Classe poderá contratar operações de derivativos com o objetivo de proteger posições detidas à vista (*hedge*), até o limite dessas. Tais operações de derivativos, por sua própria natureza, acrescentam riscos à carteira e poderão afetar negativamente a rentabilidade da Classe.

O Administrador, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos sofridos pelos cotistas em razão da utilização de operações de derivativos em conformidade com o disposto no regulamento.

Durante o exercício findo em 31 de julho de 2026, a Classe realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e geraram um resultado positivo de R$308 (Resultado negativo de R$30 em 2025).

8 Gerenciamento de riscos

Os bens e direitos integrantes da carteira da Classe, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas.

Mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para o cotista.

Abaixo estão indicados os principais riscos a que estão sujeitos os investimentos da Classe:

Risco de mercado: o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira da Classe está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho da Classe e, consequentemente, a rentabilidade das cotas.

Risco de crédito: o risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira da Classe e/ou das contrapartes da Classe em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento de tais devedores ou emissores, bem como alterações nas suas condições financeiras e/ou na percepção do mercado acerca de tais devedores e/ou emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses devedores e/ou emissores, provocando perdas para a Classe e para os cotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos devedores e/ou emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira da Classe acarretará perdas para a Classe, podendo esta, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Investimento de baixa liquidez: os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, no caso da Classe, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como investidores autorizados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das cotas da Classe. Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. A baixa liquidez do investimento nas cotas pode implicar impossibilidade de venda das cotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos cotistas.

Risco de patrimônio negativo: os ativos da carteira da Classe, por sua própria natureza, conforme o caso, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas à Classe e aos cotistas. Na medida em que o valor do patrimônio líquido seja insuficiente para satisfazer as dívidas e demais obrigações da Classe, a insolvência da Classe poderá ser requerida judicialmente **(a)** por quaisquer credores da Classe, **(b)** por deliberação de assembleia de cotistas, nos termos do regulamento e do anexo descritivo correspondente, ou **(c)** pela CVM. Os prestadores de serviço da Classe, em especial o Administrador e a Gestora, não respondem por obrigações legais e contratuais assumidas pela Classe, tampouco por eventual patrimônio negativo decorrente dos investimentos realizados pela Classe. O regime de responsabilidade limitada dos cotistas e o regime de insolvência dos fundos são inovações legais recentes que ainda não foram sujeitas à revisão judicial. Caso **(i)** referidas inovações legais sejam alteradas; ou **(ii)** a Classe seja colocada em regime de insolvência, e a responsabilidade limitada dos cotistas seja questionada em juízo, os cotistas poderiam ser chamados a aportar recursos adicionais para fazer frente ao patrimônio líquido negativo, em valor superior ao valor das cotas por ele subscritas.

Risco de patrimônio negativo: os ativos da carteira da Classe, por sua própria natureza, conforme o caso, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas à Classe e aos cotistas. Na eventualidade de a Classe vir a sofrer prejuízos que o levem a apresentar patrimônio líquido negativo, os cotistas poderão vir a ser chamados a aportar recursos adicionais na Classe, de modo que este possa arcar com suas obrigações. As eventuais perdas patrimoniais da Classe não estão limitadas ao valor do capital subscrito pelos cotistas e, em razão da natureza condominial da Classe, os cotistas são responsáveis por suprir os recursos necessários para reverter um eventual patrimônio líquido negativo, inclusive sem limitação ao valor do capital por eles subscrito. Dessa forma, os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais na Classe, nos termos do regulamento.

A íntegra dos fatores de risco atualizados a que a Classe e os cotistas estão sujeitos encontra-se descrita no regulamento da Classe, devendo os cotistas e os potenciais investidores ler atentamente o referido documento.

Estrutura de gerenciamento de riscos
O gerenciamento de riscos da Classe é realizado pela Gestora, nos termos de sua política de gestão de riscos, e sua implementação é supervisionada pelo Administrador por meio de seus comitês internos.

9 Partes relacionadas

De acordo com o artigo 30 da Resolução CVM nº 181/23, caso a política de investimentos admita a aquisição de direitos creditórios originados ou cedidos pelo Administrador, Gestoras, Consultoria Especializada (se houver) e suas partes relacionadas, o Custodiante contratado não pode ser parte relacionada à Gestora ou à Consultoria Especializada (se houver).

São consideradas partes relacionadas à Classe as seguintes entidades:

- **Empresas do Grupo Daycoval ("Administrador" e "Custodiante")**

Em 31 de julho de 2026, a Classe possui depositado o montante de R$ 1 junto ao Banco Daycoval S.A., Administrador e Custodiante da Classe.

Em 31 de julho de 2026, a Classe possui o saldo a pagar de taxa de administração e de controladoria, junto ao Banco Daycoval S.A., no montante de R$ 21. As despesas registradas no exercício findo em 31 de julho de 2026 e de 2025, a título de taxa de administração, controladoria e custódia, encontram-se divulgadas na nota explicativa nº 14.

• Valora Renda Fixa Ltda. ("Gestora")

Em 31 de julho de 2026, a Classe não possui saldo a pagar de taxa de gestão e de performance, junto à Valora Renda Fixa Ltda. As despesas registradas no exercício findo em 31 de julho de 2026 e de 2025, a título de taxa de gestão e de performance, encontram-se divulgadas na nota explicativa nº 14.

10 Emissão e resgate de cotas

A responsabilidade dos cotistas é limitada ao valor das cotas por eles subscritas. Desse modo, os cotistas somente são obrigados a integralizar as cotas que efetivamente subscreverem, observadas as condições estabelecidas no regulamento e no respectivo boletim de subscrição. Caso não haja saldo de cotas subscrito e não integralizado ou compromisso de subscrição e integralização de novas cotas assumido contratualmente, de forma expressa e por escrito, pelos cotistas, os cotistas não são obrigados a realizar novos aportes de recursos na Classe, mesmo na hipótese de o patrimônio líquido ser negativo ou de a Classe não ter recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações, observadas as disposições da parte geral do regulamento.

a) Emissão de cotas

As Por ocasião da subscrição das Cotas, cada Cotista deverá assinar (a) o Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento, por meio do qual declarará, além das informações previstas no artigo 29 da Parte Geral da Resolução CVM nº 175/2022, sua condição de Investidor Autorizado.

Caso qualquer Cotista realize o resgate da totalidade de suas Cotas e volte a investir na Classe durante o período em que não tenha ocorrido alteração do Regulamento que impacte a Classe, ficará dispensada a assinatura de novo Termo de Ciência de Risco e de Adesão ao Regulamento.

As Cotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou de outra modalidade de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), mediante crédito na conta de titularidade do Fundo.

A confirmação da integralização das Cotas fiará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos financeiros e/ou dos Direitos Creditórios aportados pelos Cotistas junto à Administradora.

A aplicação de recursos na Classe será considerada efetivada na data do efetivo recebimento da respectiva solicitação pela Administradora, desde que realizada até as 16h00. As solicitações recebidas após esse horário serão consideradas, para todos os fins, como realizadas no primeiro Dia Útil subsequente.

O Valor de Emissão das Cotas, para fins de emissão e integralização, corresponderá ao valor da Cota de fechamento do Dia Útil em que ocorrer a efetiva disponibilidade dos recursos financeiros na conta de titularidade do Fundo. Para esse fim, o valor da Cota corresponderá ao resultado da divisão do patrimônio líquido da Classe pelo número de Cotas emitidas e em circulação na respectiva data.

O valor da Cota para fins de emissão e cálculo da quantidade de Cotas na primeira subscrição e integralização será de R$ 1 (mil reais).

Durante o exercício findo em 31 de julho de 2026 e de 2025, houve a emissão e subscrição das seguintes cotas:

	2026		2025	
Subclasse	**Quantidade**	**Montante subscrito**	**Quantidade**	**Montante subscrito**
Única	118,1460	200	60.977,9210	86.800
Total	**118,1460**	**200**	**60.977,9210**	**86.800**

b) Resgate de cotas

As cotas poderão ser resgatadas a qualquer tempo pelos cotistas. O resgate de cotas obedecerá às seguintes regras: (i) para a conversão de cotas, assim entendida, a data de apuração do valor da cota para fins de pagamento de resgate, será utilizado o valor da cota de fechamento em vigor no próprio dia da efetiva solicitação (D+0); e (ii) o pagamento do resgate deverá ser efetuado no dia útil imediatamente subsequente à data da cotização (D+1).

Durante o exercício findo em 31 de julho de 2026 e de 2025, houve resgate de cotas conforme quadro abaixo:

	2026		2025	
Subclasse	**Quantidade**	**Montante resgatado**	**Quantidade**	**Montante resgatado**
Única	31.417,4872	52.045	101.695,7367	145.075
Total	**31.417,4872**	**52.045**	**101.695,7367**	**145.075**

11 Subclasses de cotas da Classe

O patrimônio líquido da Classe é formado por uma única subclasse de cotas. As características e os direitos, assim como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das cotas encontram-se descritas na íntegra no regulamento da Classe.

Em 31 de julho de 2026, a Classe possui 64.829,3199 cotas (96.128,9086 em 2025), conforme demonstrado abaixo.

	2026		2025	
Subclasse	**Quantidade**	**Patrimônio líquido**	**Quantidade**	**Patrimônio líquido**
Única	64.829,3199	117.921	96.128,9086	148.471
Total	**64.829,3199**	**117.921**	**96.128,9086**	**148.471**

12 Prestadores de serviços e custódia dos títulos da carteira

a) Os serviços de administração, tesouraria, controladoria, distribuição e escrituração das cotas, são prestados pelo Banco Daycoval S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.793, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.232.889/0001-90, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 17.552 de 05 de dezembro de 2019 (“Administrador” e “Custodiante”).

b) Os serviços de gestão da carteira da Classe são prestados pela Valora Renda Fixa Ltda., sociedade com sede na cidade de Sao Paulo (“Gestora”).

c) As cotas dos fundos de investimento administrados pelo mesmo Administrador estão custodiadas no Banco Daycoval S.A, os títulos públicos federais constantes na carteira da Classe estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os títulos privados de renda fixa estão custodiados na B3 S.A. e a documentação comprobatória dos direitos creditórios está sob responsabilidade do Custodiante da Classe.

13 Encargos da Classe

a) Taxa de administração

A administração e custódia do Fundo terá as seguintes remunerações:

Pela administração do Fundo, nela compreendida as atividades de administração, tesouraria, controladoria, distribuição e escrituração de suas cotas, o Fundo pagará: 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, aplicado sobre o patrimônio líquido do Fundo, respeitado o mínimo mensal de R$ 3,50 (três mil e quinhentos reais) nos primeiros 6 (seis) meses de seu funcionamento (inclusive); 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, aplicado sobre o patrimônio líquido do Fundo, respeitado o mínimo mensal de R$ 4,50 (quatro mil e quinhentos reais) do 7º (sétimo) ao 12º (décimo segundo) mês de seu funcionamento; e 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano, aplicado sobre o patrimônio líquido do Fundo, respeitado o mínimo mensal de R$ 6 (seis mil reais) a partir do seu 13º (décimo terceiro) mês de funcionamento (inclusive).

Pelos serviços de custódia dos ativos integrantes da carteira, o Fundo pagará ao Custodiante: máximo equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, aplicado sobre o patrimônio líquido do Fundo, respeitado o mínimo mensal de: (i) R$ 4,50 (quatro mil e quinhentos reais) nos primeiros 6 (seis) meses de seu funcionamento (inclusive); (ii) R$ 5,50 (cinco mil e quinhentos reais) do 7º (sétimo) ao 12º (décimo segundo) mês de seu funcionamento; e (iii) R$ 7 (sete mil reais) a partir do seu 13º (décimo terceiro) mês de funcionamento (inclusive).

O valor mensal mínimo previsto acima será atualizado anualmente, a partir da data de início do Fundo, pela variação acumulada do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo.

A remuneração citada acima é calculada e provisionada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por dia útil, como despesa e é paga pela Classe, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

No exercício findo em 31 de julho de 2026, a despesa de taxa de administração foi de R$ 170 (R$ 217 em 2025 e encontra-se apresentada na rubrica de “Remuneração da Administração” na demonstração do resultado.

b) Taxa de controladoria

O valor mensal mínimo previsto acima será atualizado anualmente, a partir da data de início do Fundo, pela variação acumulada do CDI, ou outro índice que venha a substituí-lo.
A remuneração citada acima é calculada e provisionada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por dia útil, como despesa e é paga pela Classe, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

No exercício findo em 31 de julho de 2026, a despesa de taxa de controladoria foi de R$ 85 (R$ 87 em 2025) e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da Controladoria" na demonstração do resultado.

c) Demais taxas

Não serão devidas, pelos cotistas, taxas de gestão, performance, ingresso e/ou de saída em razão, respectivamente, dos serviços de gestão profissional da carteira da Classe, do desempenho da Classe, de aplicações de recursos na Classe e quando do resgate de suas cotas.

14 Evolução do valor da cota e rentabilidade

Data	Valor da cota	Rentabilidade da cota	*Benchmark*
	R$	%	
Exercício findo em 31 de julho de 2026	1.818,9458	17,77	Não definido
Exercício findo em 31 de julho de 2025	1.544,4980	16,52	Não definido

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, pela Gestora ou por qualquer mecanismo de seguro, ou ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

15 Despesas diversas

Os montantes registrados na rubrica "Despesas diversas", na Demonstração do Resultado, são compostos por:

Descrição	2026
Outras despesas operacionais (*)	(48)
Total	**(48)**

(*) Representadas substancialmente por despesas com IOF, Plataforma de Voto Eletrônico e Corretagem.

16 Tributação

a) Classe

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira da Classe não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

b) Cotistas

Imposto de Renda

Conforme art. 24 da Lei 14.754/2023, os rendimentos nas aplicações nos fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC") ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas na amortização ou no resgate de cotas dos fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates/amortizações ou incidências posteriores, na mesma Classe ou em outro fundo de investimento com a mesma classificação tributária e administrado pela mesma pessoa jurídica em que os cotistas possuam investimentos.

Tributação Periódica ("come-cotas") - Lei 14.754/2023

A Lei 14.754/2023 excepcionou o FIDC da tributação periódica ("come-cotas"), desde que:

(i) Seja enquadrada como entidade de investimento; e

(ii) O FIDC possua em sua carteira 67% de direitos creditórios.

Alertamos que o conceito de direitos creditórios que deverá ser utilizado para fins de análise da incidência ou não do come cotas é aquele constante na Resolução CMN nº 5.111/2023 e não da norma regulatória emitida pela CVM.

Caberá ao Administrador garantir a classificação como entidade de investimento e manutenção dos limites da carteira em direitos creditórios.

IOF - (Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança do IOF. A alíquota do IOF será de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data da aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e/ou IOF.

Tributação na Aquisição Primária de Cotas de FIDC

Por meio do Decreto 12.499/2025, que inseriu o Art. 32-D no Decreto 6.306/2007- RIOF, restou estabelecido, a partir de junho/2025, a incidência do IOF à Alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento) sobre o valor de aquisição primária de cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios. A determinação é válida inclusive nas aquisições realizadas por instituições financeiras.

Exceção à regra, a referida tributação não se aplica a aquisição de cotas: **(i)** subscritas até 13 de junho de 2025; ou **(ii)** realizadas no mercado secundário.

17 Política de divulgação das informações

O Administrador deve enviar o informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis no anexo A da Instrução Normativa CVM nº 489/11, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.

O Administrador é obrigado a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo à Classe, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

O Administrador deve, no prazo máximo de dez dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

(i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
(ii) a rentabilidade da Classe, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
(iii) o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos da Classe, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais da Classe.
O Administrador disponibiliza aos cotistas, mensalmente, extrato de conta contendo o saldo e o valor das cotas no início e no final no exercício e a movimentação ocorrida ao longo do mesmo e rentabilidade da Classe auferido entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato.

18 Contingências

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais no exercício auditado, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra o Administrador da Classe.

19 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, registra-se que, no exercício auditado, o Administrador não contratou da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. serviços relacionados à Classe além da auditoria independente das demonstrações contábeis, permanecendo preservada a independência do auditor, nos termos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

* * *

Diego Scalet
Contador CRC - 1SP305097/O-3

Erick Warner de Carvalho
Diretor responsável